

# **FASUL EDUCACIONAL** **(Fasul Educacional EaD)**

---

## **PÓS-GRADUAÇÃO**

# **CIÊNCIAS FORENSES E PERÍCIA CRIMINAL**

## **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

---

## CIÊNCIAS FORENSES E PERÍCIA CRIMINAL

<b>DISCIPLINA:</b> CRIMES CIBERNÉTICOS
<b>RESUMO</b>
Esta disciplina tem por escopo estudar o Direito Penal Informático, introduzindo brevemente as noções que permeiam o Direito Penal, a criminalidade cibernética e a dificuldade de tipificação das condutas, desembocando, finalmente, em uma análise da realidade brasileira acerca da legislação que pretende combater os cibercrimes. Assim entenderemos como e porque o Direito Penal passou a se preocupar com algumas condutas adotadas no ambiente digital, como se deu o processo de tipificação e quais foram as efetivamente previstas em nosso direito pátrio.
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>
<b>AULA 1</b> INTRODUÇÃO DADOS SOBRE CRIMES INFORMÁTICOS TIPIFICAÇÃO CRIMINAL: A TEORIA “TCC” (TÉCNICA, COMPORTAMENTO E CRIME) CONDUTAS INFORMÁTICAS QUE PODEM SER CONSIDERADAS CRIMES (PARTE 1) CONDUTAS INFORMÁTICAS QUE PODEM SER CONSIDERADAS CRIMES (PARTE 2)
<b>AULA 2</b> INTRODUÇÃO TUTELA AOS BENS JURÍDICOS CONCEITO JURÍDICO DE CRIME INFORMÁTICO CLASSIFICAÇÃO DOS CRIMES INFORMÁTICOS SUJEITO ATIVO, COMPETÊNCIA E LUGAR
<b>AULA 3</b> INTRODUÇÃO A CONSTRUÇÃO DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA CRIMES INFORMÁTICOS COMETIDOS POR FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS - LEI N. 9.983/2000 CRIMES INFORMÁTICOS PUROS E A LEI CAROLINA DIECKMANN (LEI N. Nº 12.737/2012) INVASÃO DE DISPOSITIVO INFORMÁTICO: ART. 154-A DO CÓDIGO PENAL
<b>AULA 4</b> INTRODUÇÃO FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PARTICULAR CRIME DE DANO CRIME DE PEDOFILIA CRIMES CONTRA A HONRA
<b>AULA 5</b> INTRODUÇÃO CRIMES DE FALSA IDENTIDADE FRAUDE BANCÁRIA – FURTO QUALIFICADO FRAUDE BANCÁRIA – ESTELIONATO CRIME ECONÔMICOS E A LAVAGEM DE DINHEIRO
<b>AULA 6</b> INTRODUÇÃO CASOS CONCRETOS: CRIMES PRÓPRIOS

CASOS CONCRETOS: CRIMES IMPRÓPRIOS  
PERSPECTIVAS FUTURAS  
CONCLUSÕES

**BIBLIOGRAFIAS**

- AMORIM, D. Prejuízos à economia e à sociedade. Correio Braziliense, 2010. Disponível em:  
[http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2010/04/29/interna\\_cidadesdf,189487/prejuizos-da-pirataria-a-economia-e-a-sociedade.shtml](http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2010/04/29/interna_cidadesdf,189487/prejuizos-da-pirataria-a-economia-e-a-sociedade.shtml).
- AVAST. Academia de ameaças online. Disponível em: <https://www.avast.com/pt-br/online-threats>.
- BRASIL é o segundo país no mundo com maior número de crimes cibernéticos. UOL, 15 fev. 2018. Disponível em: <https://www.paginasdedireito.com.br/index.php/artigos/258-artigos-dez-2013/6364-a-protecao-de-dados-pessoais-e-a-internet-the-personal-data-protection-and-the-internet>.

**DISCIPLINA:**  
PERÍCIAS CRIMINAIS

**RESUMO**

Este material veio para suprir uma lacuna e atender esta necessidade em um mercado carente de profissionais habilitados e qualificados para exercerem atividades investigativas. No caso, esta disciplina torna-se fundamental, pois ela auxilia ao aluno a compreender detalhes que possam lhe auxiliar numa investigação, tanto para executá-la quanto para complementá-la.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

PERÍCIA CRIMINAL E A CRIMINALÍSTICA

PROVA

CONCEITO DE LOCAL DE CRIME, ISOLAMENTO E PRESERVAÇÃO

DIVISÃO DOS LOCAIS DE CRIME

TIPOS DE LOCAIS DE CRIMES

**AULA 2**

O PROCESSO PAPIOSCÓPICO

A PAPIOSCOPIA COMO FORMA DE IDENTIFICAÇÃO

A ESTRUTURA DA PELE E A FORMAÇÃO DIGITAL

DA COLETA NA CENA DO CRIME AO LAUDO PERICIAL

LEGISLAÇÃO ATUAL NA IDENTIFICAÇÃO

**AULA 3**

NOÇÕES DE GRAFOTECNIA E AS LEIS DO GRAFISMO

CONCEITO DE ESCRITA E DOCUMENTO E AS SUAS CARACTERÍSTICAS

FRAUDES COM DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO E IMAGENS

CHEQUES E OS PRINCIPAIS GOLPES COM DOCUMENTOS

IDENTIFICAÇÃO DE MOEDA FALSA: REAL

**AULA 4**

TANATOLOGIA

TRAUMATOLOGIA

ASFIXIOLOGIA

TOXICOLOGIA

SEXOLOGIA

**AULA 5**

O SISTEMA RENAVAL  
NOÇÕES BÁSICAS SOBRE LIGAS METÁLICAS  
S PRINCIPAIS TIPOS DE ADULTERAÇÕES EM VEÍCULOS  
VISTORIA E INSPEÇÃO  
O LAUDO PERICIAL CRIMINAL

**AULA 6**

A CLASSIFICAÇÃO DAS ARMAS  
A CLASSIFICAÇÃO DOS CALIBRES  
OS TIPOS DE MUNIÇÕES EXISTENTES NO BRASIL  
EXAME DE EFICIÊNCIA EM ARMAS E MUNIÇÕES  
O EXAME DE CONFRONTO BALÍSTICO E O LAUDO

**BIBLIOGRAFIAS**

- GARCIA, I. E., PÓVOA, P. C de M. Criminalística. Goiânia: AB, 2000.
- LIPINSKI, A. C. Crime Organizado e a Prova Penal. Curitiba: Juruá, 2011.
- \_\_\_\_\_. Resumo de Processo Penal. Curitiba: Juruá, 2011.
- PORTAL EDUCAÇÃO. Criminalística e o perito criminal. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/medicina/criminalistica-eo-perito-criminal/13592>.
- ROBLES, P. R. Das impressões digitais nos locais de crime. São Paulo: Paulistanajur, 2004.

**DISCIPLINA:**

SEGURANÇA EM SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

**RESUMO**

Na era moderna, os ciclos de produção e consumo presentes em nossa economia estão cada vez mais velozes, a inovação tem sido muito presente e está vinculada ao sucesso, a qualidade dos produtos criados, o consumismo acelerado, o ritmo cada vez mais rápido, todo esse cenário torna as informações um ativo muito valioso. A disputa, e toda essa competição nesse novo contexto, estão muito dependentes do compartilhamento de informações entre os mais diversos atores, como fornecedores, produtores, parceiros, clientes, colaboradores, entre outros. Dentro desse aspecto, com todo esse mar de informações sendo criado diariamente por essas entidades, hoje não é mais possível estar participando dessa disputa por inovações e armazenar as informações geradas em cofres, armários, gavetas e trancá-las com chaves e segredos, desenvolver a acessibilidade e a disponibilidade de tudo isso é a maneira encontrada para se manter no páreo, quando falamos de instituições públicas, o governo torna o processo mais complexo. Existe uma série de princípios a serem respeitados, nossas legislações, proteção de dados, princípios de segurança e defesa nacional, as informações são toda a base para a operação e funcionamento das organizações, empresas, órgãos públicos, governo e demais entidades.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

HISTÓRIA E CONCEITOS  
INTRODUÇÃO À SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO  
ISO 15408  
FAMÍLIA ISO 27000  
ISO 31000

**AULA 2**

FRAMEWORKS DE GESTÃO E APOIO À SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO  
INTRODUÇÃO À CRIPTOGRAFIA

HASH  
CHAVE SIMÉTRICA E ASSIMÉTRICA  
ASSINATURA E CERTIFICAÇÃO DIGITAL

**AULA 3**

POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO  
SEGURANÇA DA INFRAESTRUTURA  
SEGURANÇA DE REDES  
SEGURANÇA DE SOFTWARE  
SEGURANÇA DE DADOS

**AULA 4**

ATAQUES À SEGURANÇA  
TÉCNICAS DE MITIGAÇÃO E CONTRAMEDIDAS DE SEGURANÇA  
CONTROLE DE ACESSO, AUTORIZAÇÃO E CONTABILIZAÇÃO  
IMPLEMENTAÇÃO DO AUTHENTICATION, AUTHORIZATION AND ACCOUNTING (AAA)  
INTRODUÇÃO À PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA

**AULA 5**

BYOD E SANDBOX  
SEGMENTAÇÃO DE REDE  
SEGURANÇA DE NUVEM PRIVADA, PÚBLICA E MISTA  
SEGURANÇA EM FOG CLOUD (IOT)  
SEGMENTAÇÃO DE REDE PARA IOT, AUTENTICAÇÃO, REGISTRO E AUTORIZAÇÃO

**AULA 6**

PROXY  
IDS/IPS  
CONTROLE DE CONTEÚDO  
PROTEÇÃO ANTIMALWARE  
FIREWALL E FIREWALL DE NOVA GERAÇÃO

**BIBLIOGRAFIAS**

- ALVES, D. Internet das Coisas (IoT): segurança e privacidade de dados pessoais. Rio de Janeiro: Alta Books, 2021.
- BAARS, H. Foundations of Information Security: based on ISO 27001 and 27002. Rio de Janeiro: Brasport, 2018.
- FRAGA, B. Técnicas de invasão: aprenda as técnicas usadas por hackers em invasões reais. São Paulo: Labrador, 2019.

**DISCIPLINA:**

INVESTIGAÇÃO DE CRIMES DIGITAIS

**RESUMO**

O avanço da internet e o desenvolvimento tecnológico possibilitaram a propagação de uma nova abordagem referente aos tipos de crimes: os virtuais. Considerando o surgimento destas ações, se fez necessário também evoluir contra os delitos digitais. A necessidade de profissionais especializados, a dificuldade na identificação e a necessidade da elaboração das provas, são alguns dos temas abordados nesta disciplina.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

HOMO SAPIENS  
A EVOLUÇÃO NO MUNDO DO DIREITO  
A CONVIVÊNCIA E AS LEIS

AS LEIS E OS CÓDIGOS  
A CONSTITUIÇÃO E OS CRIMES

**AULA 2**

CRIME  
DOLO E CULPA  
CRIMES CONTRA A HONRA  
AS TECNOLOGIAS E O CRIME CIBERNÉTICO  
A PROVA

**AULA 3**

ONDE OCORREM OS CRIMES CIBERNÉTICOS  
A INTERNET, DEEP WEB E DARK WEB  
OS LOGS  
ENDEREÇO IP – UMA GRANDE EVIDÊNCIA  
DA MATERIALIDADE DAS EVIDÊNCIAS

**AULA 4**

OUTROS RISCOS NA REDE  
A APURAÇÃO DE CYBERCRIMES  
INVESTIGAÇÕES ENVOLVENDO WEBSITES  
INVESTIGAÇÃO DE CRIMES ENVOLVENDO E-MAIL (CORREIO ELETRÔNICO)  
INTERCEPTAÇÃO TELEMÁTICA

**AULA 5**

REDES SOCIAIS ONLINE  
BUSCA ELETRÔNICA  
CRIMES MAIS COMUNS EM REDES SOCIAIS  
ADVERSIDADES A SEREM SUPERADAS  
DIFICULDADES PARA OBTER-SE A ORIGEM DE UM EVENTO NA INTERNET

**AULA 6**

ANÁLISE E PRINCÍPIO FORENSE  
LEGISLAÇÃO  
COMPUTAÇÃO NAS NUVENS OU CLOUD COMPUTING  
A PREPARAÇÃO DA POLÍCIA, JUDICIÁRIO E MINISTÉRIO PÚBLICO  
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

**BIBLIOGRAFIAS**

- BACELLAR, R. P. Administração judiciária. Curitiba: InterSaberes, 2016.
- DELMANTO, R. Leis penais especiais comentadas. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- MANKIW, G. N. Princípios de economia. São Paulo: Centage Learning, 2017.

**DISCIPLINA:**

LGPD – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

**RESUMO**

A gestão eletrônica de documentos (GED) é uma evolução natural da gestão documental convencional, que tem como base o papel. A gestão de documentos convencional é um processo caro, lento e sujeito a erros, que exige muito espaço físico e muito tempo para gerenciamento e recuperação de documentos. O GED substitui o gerenciamento manual de documentos pelo gerenciamento digital, o que traz inúmeras vantagens. Com o GED, documentos podem ser facilmente digitalizados, indexados e armazenados em um sistema eletrônico centralizado. Isso permite que documentos sejam recuperados rapidamente por

meio de pesquisas por palavras-chave e evita a perda ou destruição de documentos físicos. Além disso, a gestão eletrônica de documentos também melhora a segurança dos documentos, uma vez que é possível definir níveis de acesso aos documentos, criptografá-los e protegê-los contra alterações não autorizadas. O GED também permite a criação de trilhas de auditoria que registram todas as ações realizadas em relação a um documento.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

#### **AULA 1**

##### INTRODUÇÃO

A LGPD NA PERSPECTIVA CONSTITUCIONAL: OS DIREITOS FUNDAMENTAIS

A LGPD E A RELAÇÃO COM OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

ÂMBITO DE APLICAÇÃO DA LGPD

OS FUNDAMENTOS DA LGPD

#### **AULA 2**

##### INTRODUÇÃO

CONCEITOS FUNDAMENTAIS

HIPÓTESES LEGAIS E GERAIS DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

CONSENTIMENTO DO TITULAR

LEGÍTIMO INTERESSE DO CONTROLADOR

#### **AULA 3**

##### INTRODUÇÃO

TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS

TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PELO PODER PÚBLICO

COMPARTILHAMENTO DE DADOS PELO PODER PÚBLICO

#### **AULA 4**

##### INTRODUÇÃO

DIREITOS DO TITULAR DE DADOS PESSOAIS

CICLO DE VIDA DOS DADOS PESSOAIS

AGENTES DE TRATAMENTO DE DADOS: CONTROLADOR E OPERADOR

ENCARREGADO DOS DADOS (DPO)

#### **AULA 5**

##### INTRODUÇÃO

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO E REGULAÇÃO NACIONAL

ÓRGÃOS ESTADUAIS DE FISCALIZAÇÃO E REGULAÇÃO

O PAPEL DO CONTROLE EXTERNO NA FISCALIZAÇÃO DA LGPD

#### **AULA 6**

##### INTRODUÇÃO

BOAS PRÁTICAS E GOVERNANÇA

PREMISSAS FUNDAMENTAIS DE GOVERNANÇA EM PRIVACIDADE À LUZ DA LGPD

ELEMENTOS MANDATÓRIOS MÍNIMOS DO PROGRAMA DE GOVERNANÇA EM

PRIVACIDADE

O PROGRAMA DE “GOVERNANÇA EM PRIVACIDADE”: COMO ESTRUTURÁ-LO?

### BIBLIOGRAFIAS

- AMORA, J. Relação entre compliance e LGPD. Risco Legal, S.d. Disponível em: <https://vgriscolegal.com.br/blog/relacao-entre-igpd-e-o-compliance/>.
- ANPD – Autoridade Nacional de Proteção de Dados. Tratamento de dados pessoais pelo Poder Público – Guia orientativo. Brasília: ANPD, 2022.

- BARROS, L. Gestão eletrônica de documentos: o que é e como funciona a GED? Tangerino, 2022. Disponível em: <https://tangerino.com.br/blog/gestaoeletronica-de-documentos/#Como-funciona-a-Gestão-Eletrônica-deDocumentos?>.

**DISCIPLINA:**  
DIREITO CIBERNÉTICO

**RESUMO**

Esta disciplina pretende apresentar a interdisciplinaridade do Direito com a informática, permitindo compreender relevantes interações com áreas específicas do Direito. Para tanto, analisaremos a lei de introdução às normas do Direito brasileiro e questões inerentes ao Direito Penal, Direito Civil, Direito do Consumidor e Direito do Trabalho, trazendo conceitos e situações que contextualizam as referidas áreas com o uso da tecnologia da informação e comunicação. A escolha destas disciplinas jurídicas para o estudo decorre de grande relevância social e da presença de forte interação com as tecnologias da informação e comunicação, inclusive em situações cotidianas dos cidadãos e das empresas.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO  
DIREITO PENAL  
DIREITO CIVIL  
DIREITO DO CONSUMIDOR  
DIREITO DO TRABALHO

**AULA 2**

BREVE HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO DA INTERNET NO BRASIL  
O CONTRATO ELETRÔNICO E O COMÉRCIO ELETRÔNICO NO BRASIL  
A EXPANSÃO DO COMÉRCIO ELETRÔNICO NO BRASIL  
OS DESAFIOS JURÍDICOS DO COMÉRCIO ELETRÔNICO NO BRASIL  
AS PERSPECTIVAS PARA O FUTURO DO COMÉRCIO ELETRÔNICO NO BRASIL

**AULA 3**

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES DO MARCO CIVIL DA INTERNET  
DOS DIREITOS E GARANTIAS DOS USUÁRIOS  
DA PROVISÃO DE CONEXÃO E DE APLICAÇÕES DE INTERNET  
DA RESPONSABILIDADE POR DANOS DECORRENTES DE CONTEÚDO GERADO POR TERCEIROS E DA REQUISIÇÃO JUDICIAL DE REGISTROS  
A ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO E DISPOSIÇÕES FINAIS

**AULA 4**

DIREITOS FUNDAMENTAIS DO TITULAR DOS DADOS PESSOAIS  
OS DADOS PESSOAIS E A NECESSÁRIA PROTEÇÃO DA PRIVACIDADE  
TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS BASEADO NA SEGURANÇA, NA BOA-FÉ E NA TRANSPARÊNCIA  
DOS DIREITOS DO TITULAR  
A IMPLEMENTAÇÃO DA LGPD: BOAS PRÁTICAS DE SEGURANÇA E GOVERNANÇA DE DADOS

**AULA 5**

PROTEÇÃO JURÍDICA NO EMPREENDEDORISMO DIGITAL  
DO ENQUADRAMENTO JURÍDICO DE EMPRESAS STARTUPS  
DOS RESULTADOS FINANCEIROS E DA REMUNERAÇÃO DOS SÓCIOS DA STARTUP  
ASPECTOS JURÍDICOS DA STARTUP NO DIREITO DO TRABALHO  
MARCO LEGAL DAS STARTUPS E DO EMPREENDEDORISMO INOVADOR

**AULA 6**

INTELIGÊNCIA HUMANA E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA)  
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E COMPORTAMENTOS TENDENCIOSOS  
LIMITAÇÕES TECNOLÓGICAS E RISCOS SOCIOECONÔMICOS  
A NÃO DISCRIMINAÇÃO COM BASE NO USO DE NOVAS TECNOLOGIAS  
A BUSCA PELA NEUTRALIDADE COM BASE NO USO DE NOVAS TECNOLOGIAS

**BIBLIOGRAFIAS**

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. DOU, Poder Executivo. Brasília/DF, 5 de outubro de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).
- BRASIL. Decreto-Lei n. 4.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm).
- GONÇALVES, C. R. Direito Civil Brasileiro: volume 1: parte geral. 19. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

**DISCIPLINA:**

ELABORAÇÃO DE LAUDOS PERICIAIS E DE NÃO CONFORMIDADE

**RESUMO**

A perícia é uma ferramenta prevista em lei e criada para auxiliar o juiz responsável por um determinado processo a produzir as provas necessárias à formação de seu convencimento, o qual será formalizado em uma sentença, no final do processo. Assim como todos os procedimentos de um processo judicial, a perícia é regulada por uma única lei, a Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015, popularmente conhecida como novo Código de Processo Civil, que traz um capítulo específico (XII) para tratar dos meios de prova que as partes litigantes em um processo judicial podem se valer para provar a verdade dos fatos, entre os quais se inclui a perícia.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

INTRODUÇÃO  
CONTEXTUALIZAÇÃO JURÍDICA  
A PERÍCIA JUDICIAL  
O PERITO JUDICIAL COMO AUXILIARDA JUSTIÇA  
A PERÍCIA AMBIENTAL

**AULA 2**

INTRODUÇÃO  
NOMEAÇÃO DO PERITO E ESCOLHA DOS ASSISTENTES TÉCNICOS  
SUBSTITUIÇÃO DO PERITO  
PROPOSTA DE HONORÁRIOS  
PAGAMENTO DOS HONORÁRIOS

**AULA 3**

INTRODUÇÃO  
O PAPEL DO PERITO EM RELAÇÃO AOS QUESTOS  
QUESITOS SUPLEMENTARES E ESCLARECIMENTOS  
O CONTEÚDO DO LAUDO PERICIAL  
AS MELHORES PRÁTICAS PARA ELABORAÇÃO DE UM BOM LAUDO PERICIAL

**AULA 4**

INTRODUÇÃO  
EXECUÇÃO DA AUDITORIA  
NÃO CONFORMIDADES DE AUDITORIA  
EVIDÊNCIAS DE AUDITORIA  
RELATÓRIO DE AUDITORIA

**AULA 5**

INTRODUÇÃO  
INSTRUMENTOS DE APOIO  
OBJETIVIDADE  
REFERENCIAL TEÓRICO  
SIMPLICIDADE E DIDATICIDADE

**AULA 6**

INTRODUÇÃO  
INSTRUMENTOS DE APOIO  
OBJETIVIDADE  
REFERENCIAL TEÓRICO  
SIMPLICIDADE E DIDATICIDADE

**BIBLIOGRAFIAS**

- BRASIL. Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015. Diário Oficial da União. Poder Legislativo, Brasília, 16 março. 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm).
- MARINONI, L. G.; ARENHART, S. C.; MITIDIERO, D. Novo curso de processo civil: teoria geral do processo. São Paulo: RT, 2015 v.1.
- SANTOS, P. O. Jurisdição: considerações acerca do seu conceito, características, princípios inerentes e "espécies". Portal Conteúdo Jurídico. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,jurisdiacao-consideracoes-acerca-doseu-conceito-caracteristicas-principios-inerentes-e-especies,49465.html>.

**DISCIPLINA:**

PRINCÍPIOS DO DIREITO PENAL E DO PROCESSO CRIMINAL

**RESUMO**

Para fins didáticos, o Direito, como conjunto de regras com vistas à disciplina da convivência social, pode ser estudado com base na acepção de norma jurídica (em sentido amplo). A norma jurídica, desse modo, seria composta por regras jurídicas (em sentido estrito) e princípios. Ao lado das regras jurídicas em sentido estrito, os princípios dão completude lógica ao sistema jurídico, dandolhe coerência ao ligar, pretensamente de modo harmônico, seus elementos normativos. É a estrutura jurídica que dá sistematicidade ao Direito como conjunto de regras, e ao Direito Penal e Processual Penal como ramos específicos das ciências jurídicas. Dessa forma, os princípios ocupam posição de destaque, essenciais para a elaboração, interpretação e aplicação da ordem jurídica positiva. Em outras palavras, a essencialidade do princípio o alça em importância para ser considerado na fase de elaboração da norma jurídica (fontes formais e materiais do Direito), bem como na fase da vigência da mesma norma (hermenêutica jurídica, enquanto processo de interpretação para busca do sentido e alcance da norma objeto de interpretação).

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA  
PRINCÍPIO DA IGUALDADE  
PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL  
PRINCÍPIO DA LEGALIDADE

**AULA 2**

PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA (NÃO CULPABILIDADE, ESTADO DE INOCÊNCIA)  
PRINCÍPIO DO PRIVILÉGIO CONTRA A AUTOINCRIMINAÇÃO  
PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA

**PRINCÍPIO DA VERDADE REAL OU MATERIAL**

**AULA 3**

PRINCÍPIO ACUSATÓRIO  
PRINCÍPIO DO NE BIS IN IDEM  
PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE  
PRINCÍPIO DO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO

**AULA 4**

PRINCÍPIO DA FRAGMENTARIEDADE  
PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA  
PRINCÍPIO DA ADEQUAÇÃO SOCIAL  
PRINCÍPIO DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA

**AULA 5**

PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE  
PRINCÍPIO DA RESPONSABILIDADE PESSOAL  
PRINCÍPIO DA LIMITAÇÃO DAS PENAS  
PRINCÍPIO DA RESERVA LEGAL, DA LEGALIDADE OU DA ANTERIORIDADE

**AULA 6**

PRINCÍPIO DA CULPABILIDADE - 2ª PARTE  
PRINCÍPIO DA IRRETROATIVIDADE E DA RETROATIVIDADE BENIGNA  
PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO AO RETROCESSO  
CONCLUSÃO

**BIBLIOGRAFIAS**

- ÁVILA, H. Teoria dos princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos. São Paulo: Malheiros, 2003.
- BAJER, P. Processo Penal e cidadania. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- BRASIL. Constituição (1988). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988.
- \_\_\_\_\_. Decreto-lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal). Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 3 de outubro de 1941.
- CARNELUTTI, F. Principi del processo penale. Napoli: Morano, 1960.
- MARQUES, J. F. Elementos de direito processual penal. 2. ed. v. I-IV. Campinas: Millennium, 2000.
- OLIVEIRA, E. P. de. Curso de processo penal. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

**DISCIPLINA:**

CRIMINALIDADE, CRIMINALIZAÇÃO, DIREITOS HUMANOS E MOVIMENTOS SOCIAIS

**RESUMO**

Ao longo da disciplina, trataremos de conceituar crime, criminalidade e criminalização com o objetivo de buscar o entendimento sobre essas categorias fundamentais para compreender a realidade no Brasil. Por se tratar de um debate muito polêmico e permeado de discordância e senso comum, procuramos deixar claro que a abordagem que segue parte da teoria socio-histórica amparada na sociologia do crime e do cotidiano. Certamente em outras ciências e áreas do saber, é possível localizar perspectivas distintas da que você encontrará durante as aulas.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

INTRODUÇÃO  
CRIMINALIDADE: REFLEXÕES PARA ALÉM DA BASE SEMÂNTICA  
CRIMINALIZAÇÃO: PROCESSOS SOCIOECONÔMICOS - CULTURAIS  
O SISTEMA DE PUNIÇÃO – INSTITUIÇÕES TOTAIS  
A CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA – QUANDO VIVER É MUITO PERIGOSO

**AULA 2**

INTRODUÇÃO

HISTÓRIA DO SISTEMA PRISIONAL NO BRASIL

O SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO CHEGA NO LIMITE

O ENCARCERAMENTO EM MASSA - PERFIL E FUNCIONALIDADES

EM BUSCA DE ALTERNATIVAS PARA O SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

**AULA 3**

INTRODUÇÃO

A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DOS DIREITOS HUMANOS

DIREITOS HUMANOS NO SÉCULO XX

AS CONCEPÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

A GERAÇÃO E AS CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS HUMANOS

**AULA 4**

INTRODUÇÃO

DIREITOS HUMANOS E RELATIVISMO CULTURAL

A ALTERIDADE E A MULTICULTURALIDADE: REFLEXÕES CONCEITUAIS

VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

70 ANOS DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

**AULA 5**

INTRODUÇÃO

BRASIL NO BANCO DOS REÚS – TRIBUNAIS INTERNACIONAIS

TRATADOS E ACORDOS INTERNACIONAIS EM DEFESA DE DIREITOS HUMANOS

OS DEFENSORES DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

AS DISTORÇÕES EM RELAÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS COMO ESTRATÉGIA DE ESTADO

**AULA 6**

INTRODUÇÃO

OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL

MOVIMENTOS SOCIAIS DO SÉCULO XXI

A CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

OS MOVIMENTOS SOCIAIS EM DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

**BIBLIOGRAFIAS**

- CANO, I.; SOARES, G. D. As teorias sobre as causas da criminalidade. Rio de Janeiro: Ipea, 2002. Manuscrito.
- CORTELLA, M. S. Quem avisa amigo é... Folha de São Paulo, 13 set. 2001. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/equilibrio/eq1309200122.htm>.
- HELPES, S. S. A entrada da Sociologia na cena do crime: uma breve revisão literária. Revista Café com Sociologia, Maceió, v. 3, n. 3, p. 141-160, 2014. Disponível em: <https://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista/article/view/399/p df>.

**DISCIPLINA:**

SEGURANÇA PÚBLICA E O CRIME ORGANIZADO

**RESUMO**

O crime organizado é um fenômeno inerente à socialização humana. A partir do momento que o homem se reúne com outros, objetivando a comunhão de esforços para a busca dos fins pretendidos, e esses fins se mostram ilícitos, nasce o crime organizado.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

INTRODUÇÃO

AS PRINCIPAIS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS

COMPARAÇÕES COM OUTROS TIPOS DE CRIMINALIDADE  
CRIME ORGANIZADO E OUTRAS FORMAS DE DELINQUÊNCIA  
CARACTERÍSTICAS ESPECIALIZADAS NO ENFRENTAMENTO DAS ORGANIZAÇÕES  
CRIMINOSAS

**AULA 2**

INTRODUÇÃO

O TRATAMENTO PELA LEGISLAÇÃO ESTRANGEIRA

CRIME ORGANIZADO NO CENÁRIO INTERNACIONAL E REGIONAL

DIREITOS HUMANOS E O DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO

INTRODUÇÃO À ATUAL LEGISLAÇÃO – LEI N. 12.850/2013

**AULA 3**

INTRODUÇÃO

O CRIME ORGANIZADO POR NATUREZA: CAUSAS DE AUMENTO PENA E A  
PARTICIPAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS

O CRIME DE IMPEDIMENTO OU EMBARAÇAMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL

CRIMES OCORRIDOS NA INVESTIGAÇÃO E NA OBTENÇÃO DE PROVA

INVESTIGAÇÃO CRIMINAL E CONSEQUÊNCIAS NO PLANO PROCESSUAL

**AULA 4**

INTRODUÇÃO

A PRODUÇÃO DA PROVA

DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A LEGISLAÇÃO DO CRIME ORGANIZADO

MEIOS DE PROVA PROPRIAMENTE DITOS: A COLABORAÇÃO PREMIADA NA  
REPRESSÃO AO CRIME ORGANIZADO

MEIOS DE PROVA PROPRIAMENTE DITOS: CAPTAÇÃO AMBIENTAL DE SINAIS  
ELETROMAGNÉTICOS, ÓPTICOS OU ACÚSTICOS

**AULA 5**

INTRODUÇÃO

MEIOS DE PROVA: ACESSO A REGISTRO DE LIGAÇÕES TELEFÔNICAS E  
TELEMÁTICAS

MEIOS DE PROVA: INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA E TELEMÁTICA

MEIOS DE PROVA: AFASTAMENTO DO SIGILO DE DADOS FINANCEIROS,  
BANCÁRIOS E FISCAIS

MEIOS DE PROVA: COOPERAÇÃO ENTRE INSTITUIÇÕES

**AULA 6**

INTRODUÇÃO

A PROVA TESTEMUNHAL E O INTERROGATÓRIO DO ACUSADO

AÇÃO CONTROLADA

INFILTRAÇÃO DE AGENTES

ESTRUTURAS PÚBLICAS

**BIBLIOGRAFIAS**

- AMORIM, C. Assalto ao poder: o crime organizado. Rio de Janeiro: Record, 2013.
- \_\_\_\_\_. Comando Vermelho: a história secreta do crime organizado. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- BILYNSKYJ, P. F. M. Crime organizado e o tratamento legislativo brasileiro. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/21856/crime-organizado-e-otratarmento-legislativo-brasileiro/3>.

<b>COMPUTAÇÃO FORENSE</b>
<b>RESUMO</b>
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>
<b>AULA 1</b> INTRODUÇÃO À COMPUTAÇÃO FORENSE MANIPULAÇÃO DE EVIDÊNCIAS COMPARAÇÃO DE HASH HASH MD5 SEGURANÇA DO MD5
<b>AULA 2</b> PRESERVAÇÃO DAS EVIDÊNCIAS EQUIPAMENTO DE DUPLICAÇÃO FORENSE SISTEMAS OPERACIONAIS FORENSES PROGRAMAS DE DUPLICAÇÃO FORENSE AUTOPSY
<b>AULA 3</b> BUSCA DE DIRETÓRIOS TOTAL COMMANDER E OSFORENSICS ESTEGANOGRAFIA ANÁLISE DE ARQUIVOS ANÁLISE FORENSE EM IMAGENS
<b>AULA 4</b> AUDITORIA NO SO WINDOWS REGISTROS DO WINDOWS FOTOGRAFIA DOS REGISTROS DO WINDOWS FERRAMENTAS NIRSOFT RECUPERAÇÃO DE ARQUIVOS
<b>AULA 5</b> ANÁLISE CRIPTOGRÁFICA QUEBRA DE SENHA NO WINDOWS O CAIN O ABEL CAIN & ABEL COMO SNIFFER
<b>AULA 6</b> BUSCA REVERSA FUNÇÃO DE BUSCA AO PÉ DA LETRA PESQUISA AVANÇADA DO GOOGLE – PARTE 1 PESQUISA AVANÇADA DO GOOGLE – PARTE 2 BUSCA POR MANIPULAÇÕES DE IMAGEM
<b>BIBLIOGRAFIAS</b>

<b>DISCIPLINA:</b> PERÍCIA CONTÁBIL
<b>RESUMO</b>
O estudo da Perícia Contábil no Brasil vem desde 1928, com a primeira definição dada por

Santos: o exame feito na contabilização de uma administração com o fim de determinar a regularidade ou irregularidade, ou a situação dos fatos ou somente de certos atos que à mesma administração se prendem. A perícia pode se estender ao estudo dos serviços contábeis a fim de dar-lhes organização ou aconselhar reformas.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

#### **AULA 1**

INTRODUÇÃO  
FUNDAMENTOS DA PERÍCIA CONTÁBIL  
DIFERENÇAS ENTRE PERÍCIA E AUDITORIA  
ASPECTOS PROFISSIONAIS  
ASPECTOS TÉCNICOS E DOUTRINÁRIOS

#### **AULA 2**

INTRODUÇÃO  
NBC TP 01 – PROCEDIMENTOS PARA ELABORAÇÃO DA PERÍCIA  
NBC TP 01: PLANEJAMENTO  
NBC PP 01: NORMAS RELATIVAS AO PROFISSIONAL  
NBC PP 01: RESPONSABILIDADES

#### **AULA 3**

INTRODUÇÃO  
PERÍCIA ARBITRAL  
HONORÁRIOS DO PERITO  
JUSTIÇA GRATUITA  
MERCADO DE TRABALHO

#### **AULA 4**

INTRODUÇÃO  
QUESITOS  
PERITO CONTADOR-ASSISTENTE  
PROVA PERICIAL  
ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS

#### **AULA 5**

INTRODUÇÃO  
SEGUNDA PERÍCIA, DISPENSA E ANTECIPAÇÃO DA PROVA PERICIAL CONTÁBIL  
PARECER TÉCNICO  
PERÍCIA CONTÁBIL NA JUSTIÇA DO TRABALHO  
ESTUDO DE CASO - PERÍCIA CONTÁBIL TRABALHISTA

#### **AULA 6**

INTRODUÇÃO  
NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE  
FRAUDE E ERRO  
CASOS DE APLICAÇÃO DA PERÍCIA CONTÁBIL E SUGESTÃO DE QUESITOS  
PERÍCIA NA CONTABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

### BIBLIOGRAFIAS

- MAHLE METAL LEVE S.A. Demonstrações financeiras. 2016. Disponível em: <http://ri.mahle.com.br/pt/documentos/943-MML-DEF-2015.pdf>.
- ORNELAS, M. M. G. de. Perícia contábil. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- PIRES, M. A. A. Laudo pericial contábil. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2008.